

# Governo avança com sistema de cotação para travar preço da madeira queimada

3 de Outubro, 2017

O Governo vai avançar com o sistema simplificado de cotações de mercado de produtos florestais para travar o preço da madeira queimada e lançar uma linha de crédito a que pode recorrer quem cumprir o preço mínimo, explica a Lusa.

“É muito importante saber a evolução das cotações de mercado, particularmente da madeira queimada”, afirmou à agência Lusa o secretário de Estado das Florestas, Miguel Freitas, que hoje lançou o sistema simplificado de cotações de mercado de produtos florestais. A medida estava prevista para entrar em vigor no próximo ano, mas foi antecipada e “vai funcionar já este ano”, visando “responder à questão da transparência do mercado e estabilização de preços”, anunciou o governante no final de uma reunião com a Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais (PARF).

No que toca à transparência do mercado, o Governo pretende avançar “brevemente com legislação para a obrigatoriedade de entrega da declaração de corte ou arranque de árvores e espécies florestais destinadas à comercialização e autoconsumo para transformação industrial”. A lei estabelecerá a obrigatoriedade da comunicação prévia “das espécies florestais a cortar, das áreas, quantidades, localização e do destino do próprio material lenhoso”, o que, segundo o secretário de Estado, permitirá “um maior controle e uma maior transparência do ponto de vista do mercado”.

Na reunião, Miguel Freitas divulgou ainda a criação de uma linha de crédito de três milhões de euros para apoiar a indústria de armazenagem de produtos florestais e “garantir o preço à produção”, limitando a possibilidade recorrer ao crédito “aqueles operadores que garantam um preço mínimo”. O preço mínimo vai ser discutido na sexta-feira, numa reunião com agentes da fileira do pinho, devendo sair do encontro um preço de referência a especificar na portaria que irá regular a linha crédito.

No encontro com a PARF, o secretário de Estado divulgou ainda que o Governo vai reforçar o papel das organizações de produtores no que toca à comercialização de madeiras. “Hoje não existe nenhuma organização que faça comercialização de produtos florestais em Portugal”, disse à Lusa, adiantando que o ministério vai reduzir “os valores mínimos de produção comercializada necessária para a constituição e reconhecimento dessas organizações de produtores”.

O Governo está ainda “a trabalhar num conjunto de boas práticas no sentido de poder agir bem, preservando os recursos naturais, nomeadamente o solo e água”. Nesse sentido foi já criada uma estação piloto de áreas ardidas, em Castanheira de Pera, cuja ação [ao nível da formação] vai ser alargada “aos restantes concelhos que tiveram grandes incêndios”, com formação sobretudo ao nível dos salvados, com incidência na “extração de madeira queimada e a

proteção da floresta contra a erosão do solo". Medidas anunciadas numa altura em que, segundo Miguel Freitas, "todos os incêndios a nível nacional estão cobertos pela estabilização de emergência", com uma verba superior a 25 milhões de euros.

Na primeira fase de candidaturas foram disponibilizados 13,2 milhões de euros para a zona do Pinhal Interior, a que o Governo acrescentou agora 12,5 milhões de euros para as restantes áreas ardidas do país.

*\*Foto de Reuters*